



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão
1º Grupo de Câmaras Cíveis

Agravo Regimental: 102099-7/01 - Comarca: Recife ✓
Agravante: FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos
Servidores do Estado de Pernambuco e Outro
Procuradora do Estado: Luciana Roffé de Vasconcelos
Agravada: Isaura Gomes de Melo e Outros
Advogado: Petrônio Monteiro de Menezes
Relator: Des. Sílvio de Arruda Beltrão

EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO RESCISÓRIA. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. INOCORRÊNCIA DE QUALQUER DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ARTIGO 485 DO CPC. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. SÚMULAS 343 DO STF E 134 DO ANTIGO TFR. INTERPRETAÇÃO CONTROVERTIDA QUANDO DECIDIDA A QUESTÃO SOB ANÁLISE. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 490, I; 295, III; E, 267, I E VI DO CPC. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

5256
- A ação rescisória só merece agasalho quando interposta com base em um dos incisos dispostos no artigo 485 do CPC, entretanto, na questão em análise, não ficaram configurados quaisquer deles, o que, por consequência, denota uma falta de interesse processual da agravante, de acordo com o inciso I do artigo 490; inciso III, artigo 295; e, incisos I e VI do artigo 267, todos do CPC;

- No caso em discussão, a Fundação agravante baseou sua rescisória em um dos posicionamentos adotados no momento do julgamento da celeuma, entretanto, as súmulas 343 do STF e 134 do antigo TFR evidenciam que não pode ser intentada ação rescisória quando o julgamento se baseou em posicionamento controvertido naquele momento, ou seja, não há como prosseguir a ação originária;

- Agravo Regimental improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Regimental de nº 102099-7/01, tendo como agravante a FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco e agravada Isaura Gomes de Melo e Outros.

ACORDAM os Desembargadores que compõem o 1º Grupo de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça de Pernambuco, sem discrepância de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, mantendo a decisão terminativa proferida nos autos da Ação Rescisória de nº 102099-7, na conformidade do relatório e voto anexo, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 16/12/2005

Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Relator



232 15

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão
1º Grupo de Câmaras Cíveis

Agravo Regimental: 102099-7/01 – Comarca: Recife
Agravante: FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos
Servidores do Estado de Pernambuco e Outro
Procuradora do Estado: Luciana Roffé de Vasconcelos
Agravada: Isaura Gomes de Melo e Outros
Advogado: Petrônio Monteiro de Menezes
Relator: Des. Sílvio de Arruda Beltrão

J

VOTO DO RELATOR

Pretende a FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco através do presente recurso regimental, a alteração da decisão terminativa proferida na Ação Rescisória interposta, para que a mesma possa ser analisada em sua integralidade, vez que o posicionamento pacificado no Colendo Supremo Tribunal Federal está em consonância com o alegado.

O Agravo Regimental interposto não traz qualquer fato novo capaz de alterar o '*decisum*' combatido, destacando as mesmas alegações da petição inicial da Ação Rescisória, fato este que impede o deferimento do pleito, pelo fato de não ficarem provadas tais alegações em um momento inicial, principalmente quando se evidencia que não há qualquer congruência com o disposto nos incisos do artigo 485 do Digesto Processual Civil.

Destaque-se que a tese defendida pelo Estado não pode prosperar, pois a Ação Rescisória não é nem pode ser utilizada como sucedâneo recursal, ao revés, deve ser intentada com o fito de sanar irregularidades porventura existentes na resolução da celeuma instaurada, o que não ocorreu no caso em evidência, ao revés, constatando-se de plano que a ação rescisória não está em consonância com qualquer dos incisos do artigo 485 do CPC deve ser indeferida de plano.

Alegou a Fundação agravante, que ocorreu violação a literais dispositivos legais e constitucionais, entretanto, tal assertiva não pode prosperar, pois na demanda em apreço foi concedida a segurança aos ora agravados com base em posicionamento firmado à época do julgamento de que tal ato era perfeitamente possível, ou seja, não houve afronta a lei ou a qualquer resolução ou outro meio legislativo, e sim, uma solução de processo com respeito a uma das posições doutrinárias e jurisprudenciais aceitáveis no momento do fato.

Ora, a Ação Rescisória serve para rescindir julgados que tenham violado dispositivos legais e não os decisórios que tenham optado por uma ou outra corrente de pensamento jurisprudencial para a resolução da lide, portanto, não pode ser aceita a alegação da FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

233 16
relacionada a existência de afronta a literal dispositivo de lei para rescindir o julgado.

O princípio da Justiça, a que se refere o STF, que deve ser sempre perseguido pelo julgador togado, a fim de que sejam evitados os constantes abusos na utilização da ação rescisória como sucedâneo de recurso ordinário, em flagrante afronta à estabilidade das relações jurídico-sociais, que compete ao Poder Judiciário defender e preservar.

Seguindo essa trilha, falecem todos os argumentos contidos no presente recurso regimental, principalmente porque não restam aparentes os requisitos que poderiam vir a abalizar a modificação da decisão guerreada, que passo a transcrever:

DECISÃO TERMINATIVA

Insurge-se a FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Servidores do Estado de Pernambuco e Outros, através de seus patronos legais, por meio da presente ação rescisória, contra o acórdão da 2ª Câmara Cível proferido no julgamento da apelação cível de nº 63128-3, que negou provimento ao reexame necessário, mantendo incólume a sentença proferida no mandamus intentado, bascando sua irresignação no inciso V do artigo 485 do CPC.

Alegam os autores, em síntese, que deve ser anulado o acórdão proferido na apelação cível de nº 63128-2, vez que ocorreu violação a diversos dispositivos da Lei Estadual de nº 13.333/96, não sendo aceitável o julgamento efetivado, e, por conseguinte, seja anulado o decisório proferido no Mandado de Segurança originariamente intentado.

Destacam, que a presente ação rescisória se funda no inciso V do artigo 485 do CPC, vez que houve afronta a legislação aplicável a demanda.

Aduzem ainda, que a PVR - Parcela Variável da Remuneração relativa a Produtividade Fiscal - não deve ser paga aos réus, já que recebem aposentadorias e/ou pensões dos funcionários estatais, que, inclusive, não preencheram os requisitos para o recebimento de tal gratificação.

As rés apresentaram contestação às fls. 137 e ss.

Através do parecer lançado às fls. 184/187, a Procuradoria de Justiça, afirma, no mérito, que não se afiguram provas que amparam as alegações dos autores, opinando pela improcedência da ação, com base na inexistência de ofensa a literal disposição de lei.

De resto, os autores apresentaram suas razões finais em forma de memoriais (fls. 224/225), enquanto as rés apresentaram suas alegações derradeiras às fls. 227 e ss., reiterando o que foi dito na contestação intentada.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é importante ressaltar que a ação rescisória interposta não pode prosseguir, pois se verifica, que a presente demanda não preenche os requisitos de admissibilidade previstos pelo Código de Processo Civil (CPC) quanto aos termos do pedido, vez que o artigo 485 do citado diploma legal estipula os elementos que possibilitam a insurgência da ação em comento, que não se configuram no presente caso, e, portanto, torna impossível a alteração do decisório proferido originariamente.

Saliente-se, que a súmula 343 do STF tem o seguinte teor:
"Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de

lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertidas nos Tribunais". Ora, é evidente a controvérsia quanto ao assunto em discussão, portanto, não poderia ser intentada a ação sob tal argumentação.

Esclareça-se que a questão posta ao crivo deste Egrégio Tribunal de Justiça, na época do julgamento, não estava pacificada no âmbito da jurisprudência pátria, portanto, qualquer posicionamento adotado era tido como correto, sem causar prejuízos a parte contrária, ou seja, a concessão da PRV aos pensionistas e aposentados era coerente com a legislação aplicável a demanda.

Como se vê, diante da controvérsia acerca da matéria, a hipótese dos autos subsume-se ao comando da Súmula 343 do STF acima transcrita, no que se observa incabível o manejo da presente ação pela FUNAPE. Transcrevo a seguir julgados do Colendo STJ e desta Egrégia Corte sobre o tema em discussão:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. FGTS. AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO DE LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI (ART. 485, V, DO CPC). SÚMULA N. 343 DO STF. INCIDÊNCIA INTERPRETAÇÃO CONTROVERTIDA NOS TRIBUNAIS.

1. Se a interpretação era controvertida nos tribunais à época em que plasmada a decisão rescindenda, não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, ainda que a jurisprudência posteriormente tenha-se firmado favoravelmente ao pleito do autor (Súmulas n. 343/STF e 134/TFR)

2. A Corte Suprema, ao analisar a questão relativa aos expurgos inflacionários do FGTS no RE n. 226.855/RS, fê-lo a luz do princípio do direito adquirido, sem declarar, contudo, a inconstitucionalidade de qualquer dispositivo legal.

3. Recurso Especial provido. (STJ - REsp 582050 - Segunda Turma - DJ 07/06/2004 - Relator: Ministro João Otávio Noronha).

EMENTA: CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL QUANTO AO PEDIDO DE QUINQUÊNIOS INCIDENTES SOBRE A PVR-IR NÃO ACOLHIDA. ART. 485, V. APONTADA VIOLAÇÃO À CONSTITUIÇÃO DE 1988. INTERPRETAÇÃO CONTROVERTIDA NOS TRIBUNAIS. SÚMULA 343 DO STF. INCONFORMISMO COM A DECISÃO. AÇÃO RESCISÓRIA NÃO É SUCEDÂNEO DE RECURSO DE APELAÇÃO. RESOLUÇÃO DO MÉRITO COM REJEIÇÃO DOS PEDIDOS COM FUNDAMENTO NO ART. 269, I, 2ª PARTE DO CPC. Não é possível que o autor aponte como violados dispositivos da Constituição Federal de 1988, quando se trata na verdade de interpretação controvertida dos tribunais pátrios. À época em que foi prolatado o decisum vergastado, não havia, ainda, solução pacificada para a controvérsia. Na verdade, o autor demonstra inconformismo com a sentença, tentando utilizar-se da via da rescisória como sucedâneo da apelação, o que é vedado. Assim, é de se concluir pela resolução de mérito do processo, rejeitando os pedidos contidos na inicial, com fulcro no art. 269, I, 2ª parte do CPC vigente, com a improcedência da Ação Rescisória. (Ação Rescisória: 71894-

235 10

7; Comarca: Recife; Relator: Des. João Bosco Gouveia de Melo; Órgão Julgador: 7ª Câmara Cível; Data de Julgamento: 29/10/2008; Publicação: 216).

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. PRELIMINAR DE DESCABIMENTO. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM EXECUÇÕES FISCAIS NÃO EMBARGADAS. OPOSIÇÃO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ART. 1º D DA LEI Nº 9.494/97. MATÉRIA CONTROVERSA NO ÂMBITO DOS TRIBUNAIS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 343 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRELIMINAR ACOLHIDA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. DECISÃO UNÂNIME. Preliminar de descabimento da Ação Rescisória. Execução Fiscal. Condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios. Questão ainda não pacificada no âmbito da jurisprudência pátria, havendo considerável volume de decisões em ambos os sentidos, ora reconhecendo a necessidade de pagamento de honorários mesmo nas execuções não embargadas, ora aplicando literalmente as disposições do art. 1º D da Lei nº 9.494/97, independentemente da oposição de exceção de pré-executividade. Aplicação da Súmula nº 343 do STF, segundo a qual "não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos Tribunais". Preliminar acolhida, por unanimidade. Processo extinto sem resolução de mérito. (Ação Rescisória: 125094-0; Comarca: Recife; Relator: Des. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes; Órgão Julgador: 2º Grupo de Câmaras Cíveis; Data de Julgamento: 30/07/2008; Publicação: 229).

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. IPC. ABRIL DE 1990. LEGITIMIDADE PASSIVA. SÚMULA N. 343 DO STF.

1. "Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais" (Súmula n. 343/STF).

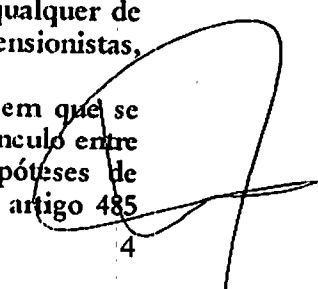
2. Agravo regimental improvido.

(Processo: AgRg no Ag 663157/S PAGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2005/0034524-9; Relator: Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS); Órgão Julgador: T3 - TERCEIRA TURMA; Data do Julgamento: 18/08/2009; Data da Publicação/Fonte: DJe 02/09/2009).

Ora, diante dos julgados transcritos acima, impossível aceitar-se a interposição da presente ação rescisória.

Há ainda de destacar, que mesmo que o posicionamento não fosse contraditório à época do julgamento, esta Egrégia Corte pacificou o entendimento quando ao tema, editando o enunciado de nº 67 da Súmula do TJPE, que colaciono a seguir: Súmula 067. Para fins de regra de paridade, a PVR, instituída pela Lei Estadual nº 11.333/96, por qualquer de suas modalidades, é extensível a aposentados e pensionistas, inclusive por decisão liminar.

A Fundação autora não esclarece nem elucida em que se baseia o seu pleito, vez que sequer estabelece vínculo entre os motivos da alteração do decisório e as hipóteses de propositura da ação rescisória, estabelecidas no artigo 485



do Digesto Processual Civil, principalmente quando se vê que não houve qualquer afronta a legislação brasileira, aliás, apenas abaliza sua pretensão com posicionamentos dos Tribunais Superiores, que teriam entendimento contrário ao julgamento efetivado, vez que o mesmo apenas foi proferido de forma contrária a requerente. Ratifico o entendimento esposado com os julgados a seguir transcritos, os quais esclarecem a impossibilidade de prosseguimento do pleito rescisório:

"A injustiça da sentença e a má apreciação da prova ou errônea interpretação do contrato não autorizam o exercício da ação rescisória." (No mesmo sentido: RTJ 125/928, RT 541/236, 623/68, 707/139, 711/142, 714/177, RJTJESP 107/366, 115/214).

"Para ser julgado procedente, o pedido rescindendo deduzido em ação rescisória fulcrada no inc.V do art. 485 do CPC depende, necessariamente, da existência de violação, pelo v. acórdão rescindendo, a literal disposição de lei. A afronta deve ser direta - contra a literalidade da norma jurídica - e não deduzível a partir de interpretações possíveis, restritivas ou extensivas, ou mesmo integração analógica". (STJ - 2ª Seção, AR 720 - PR - EI, rel. Min. Nancy Andrighi, j. 9.10.02, rejeitam os embs., v.u., DJU 17.2.03, p. 214).

"Para que a ação rescisória fundada no art. 485, V, do CPC prospere, é necessário que a interpretação dada pelo 'decisum' rescindendo seja de tal modo aberrante que viole o dispositivo legal em sua literalidade. Se, ao contrário, o acórdão rescindendo elege uma dentre as interpretações cabíveis, ainda que não seja a melhor, a ação rescisória não merece vingar, sob pena de tornar-se recurso ordinário com prazo de interposição de dois anos". (RSTJ 93/416).

"Ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei. Justifica-se o 'judicium rescindens', em casos dessa ordem, somente quando a lei tida por ofendida o foi em sua literalidade, conforme, aliás, a expressão do art. 485-V do CPC. Não o é ofendida, porém dessa forma, quando o acórdão rescindendo, dentre as interpretações cabíveis, elege uma delas e a interpretação eleita não destoa da literalidade do texto da lei". (RSTJ 40/17).

Ora, percebe-se que os julgados transcritos acima demonstram que a ação rescisória, intentada com base no inciso V do artigo 485 do Código de Processo Civil deve demonstrar claramente o literal dispositivo de lei violado, ou seja, apenas é possível o prosseguimento da ação se a mesma deixar claro que o julgamento efetivado é contrário a legislação aplicável a demanda, o que não se configurou na demanda em comento.

Denote-se que o julgamento efetivado pela 2ª Câmara Cível desse Egrégio Tribunal de Justiça demonstra que o tema foi bastante debatido pelos demais Tribunais pátrios, o que demonstra que a decisão proferida em consonância com um dos entendimentos existentes não deixa aberta a hipótese de ajuizamento de ação rescisória, que só pode ser utilizada com o intuito de resolver problemas causados com a violação de literal dispositivo de lei.

Diante disso, não se configurando, no caso concreto, qualquer das hipóteses previstas no artigo 485 do CPC, infere-se serem os autores carentes de interesse processual e, em assim sendo, indefiro a petição inicial, nos termos do artigo 490, inciso I, c/c os artigos 295, inciso III, e 267, incisos I e VI, todos do Código de Processo Civil (CPC).

Publique-se. Recife, 04/11/2009.
Des. Sílvio de Arruda Beltrão - Relator

237
20

Outrossim, no caso em apreço não se evidenciam os requisitos autorizadores para a rescisão do julgamento proferido por este Egrégio Tribunal de Justiça, vez que não se afigurou nenhuma violação a dispositivo legal, e sim, um entendimento hermenêutico por parte de uma das correntes jurídicas existentes à época da resolução da lide, o que impossibilita a aceitação da petição inicial da ação rescisória intentada.

Com essas ponderações e a míngua de evidências que possibilitem a reforma da tutela anteriormente denegada, **VOTO PELO IMPROVIMENTO** do presente recurso de agravo regimental, mantendo incólume a decisão terminativa impugnada.

É como voto.

Recife,

16/12/2008
Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Relator